



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA
19 DE SETEMBRO DE 2017

N.º 19/2017

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Silvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.ª
Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Prof.ª Maria Arlete
Canário Taveira da Costa Gouveia. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não Houve. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões nos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA	Pág.
1 – Cessação de Funções Autárquicas - Exposição das Senhoras Vereadoras do PPD/PSD.....	4

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1 – Programa de Apoio ao Bem-Estar Habitacional para Pessoas Carenciadas.....	4
---	---

DIVISÃO ADMINISTRATIVA,

FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

2 – Réccua Douro Ultra Trail (DUT) – Licenciamento Prova Desportiva.....	7
3 – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis – Exercício do Direito de Preferência	8
4 – Contratos de Aquisição de Serviços – Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro – Comunicação.....	9

Serviços de Tesouraria

5 – Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 01 a 14 de setembro, de 2017	10
--	----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

6 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Adelina Soares – União de Freguesias de Louredo e Fornelos.....	10
7 – Projeto de Execução de Reversão do Antigo Edifício dos Paços do Concelho/Escola de Artes – Aprovação.....	12
8 – Projeto de Execução de Reabilitação do Edifício do Estádio Municipal de Santa Marta de Penaguião – Aprovação.....	13
9 – Projeto de Execução do Interface de Santa Marta de Penaguião – Aprovação.....	15



**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviços da Cultura

10 – Associação Caça e Pesca de Santa Marta de Penaguião – Atribuição de Subsídio.....	16
11 – Grupo Cultural “Os Medroenses” – Atribuição de Subsídio.....	17
12 – Aquisição de Material Promocional.....	18
13 – VI Douro Filme Festival – Festival internacional de Cinema super 8MM do Porto – Pedido de Apoio.....	19

Serviço de Ação Social

14 – A2000 – Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento - Aquisição de Viatura Adaptada – Pedido de Subsídio.....	19
--	----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

15 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião	21
---	----



I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Cessação de Funções Autárquicas - Exposição das Senhoras Vereadoras do PPD/PSD

----- 1 – Presente à reunião exposição das Senhoras Vereadoras do PPD/PSD, com o seguinte teor: -----

----- “As Vereadoras eleitas pelo Partido Social Democrata, no período “Antes da Ordem do Dia”, tendo por base o exposto no ponto seis do Regimento da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, expuseram o seguinte: “Nesta última reunião de trabalho, gostaríamos de referir que foi com muita honra que exercemos o cargo de vereadoras ao serviço de todos os munícipes de Santa Marta de Penaguião. Ao longo destes dois anos, pautamos a nossa intervenção pela ponderação e responsabilidade dos órgãos de poder local do Município e às associações/organizações o respeito e a cordialidade que, para connosco, sempre manifestaram. Queremos ainda deixar a todos os nossos sinceros votos de muito sucesso pessoal, profissional e político.” -----

----- “Data: Santa Marta de Penaguião, 19 de setembro de 2017. -----

----- Assinaturas: As Vereadoras, Sandra Guedes e Maria Arlete Gouveia.” -----

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Programa de Apoio ao Bem-Estar Habitacional para Pessoas Carenciadas

----- 1 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “No âmbito do programa municipal de apoio aos agregados familiares carenciados em condições habitacionais comprovadamente desfavoráveis, cujas alterações ao regulamento

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 19 de 19 de setembro de 2017



foram publicadas in Diário da República a 7 de Novembro de 2016, o Município de Santa Marta de Penaguião tem vindo ao longo dos últimos anos a apostar na reabilitação das habitações degradadas e assim permitir que as pessoas possam viver em condições mais dignas e consequentemente mais felizes. -----

----- A concessão de tal apoio está dependente da submissão do pedido de ajuda por parte dos agregados familiares, através da instrução do pedido nos serviços municipais e posterior análise técnica do mesmo. -----

----- Após a análise processual e a realização de visitas domiciliárias, foi elaborada uma lista com os pedidos enquadráveis com o regulamento municipal em vigor. -----

----- Assim, ao abrigo do regulamento do Programa de Apoio ao Bem-Estar Habitacional para Pessoas Carenciadas, propõe-se que o executivo municipal delibere atribuir a cada agregado familiar o montante constante na seguinte tabela:" -----

Nome	Montante do Apoio
Maria Urbana Rebelo Teixeira	3.000,00€
Formosinda Rodrigues Pereira	2.535,00 €
Aníbal Pereira	3.000,00 €
Filomena Teixeira Pinto de Jesus	2.130,00 €
Herminio Teixeira Mesquita	3.000,00 €
Luís Manuel Pinto Rodrigues	3.000,00 €
José Carvalho Alves	3.000,00 €
Teresa Armando Pedroso Queirós Barreira	3.000,00 €
Herminio Sousa Teixeira	3.000,00 €
Carlos Manuel Pereira Silva	3.000,00 €
Armindo Alberto Sequeira Pinto	2.700,00 €
João Manuel Pinto	3.000,00 €
Palmira Silva	3.000,00 €
Olívia Barrias Nogueira	3.000,00 €
Arlindo Sequeira Alves	1.369,00 €
Ricardo da Cunha Pereira	3.000,00 €
Faustina Cândida Damázia	1.645,00 €
Beatriz da Conceição Santos	3.000,00 €
José Luís	3.000,00 €
Maria Elisabete Vaz Rodrigues	3.000,00 €

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 19 de 19 de setembro de 2017



Nome	Montante do Apoio
Manuela Lucas Gomes	2.960,00 €
Mário Augusto Figueiredo	3.000,00 €
Camilo Malvas Pinto	3.000,00 €
José Luís dos Remédios Ermida	2.461,94 €
António Fernando dos Santos Melo	2.872,89 €
Joaquim Martinho Ferreira	3.000,00 €
Fernando Martins de Moura	2.995,00 €
Maria Isilda Alves Ferreira	3.000,00 €
Margarida da Conceição Rodrigues Lázaro	2.386,79 €
António Augusto Cardoso Rodrigues	3.000,00 €
Maria Adelaide Rodrigues Lázaro	3.000,00 €
Celeste Dolores Pinto Morais	3.000,00 €
Carlos Eduardo de Moura Fernandes	1.476,00 €
José Maria Fontelas	3.000,00 €
Maria Elvira Lázaro Fontelas Pinto	3.000,00 €
José Augusto Ribeiro da Fonte	3.000,00 €
Maria Joaquina Teixeira Martins	1.445,24 €
Sónia Mesquita Pinto de Carvalho Mesquita	1.850,00 €
Maria das Dolores Taveira Teixeira Cardoso	3.000,00 €
Isabel Maria Conceição Ribeiro	3.000,00 €
Ilídio Pinto da Costa	3.000,00 €
Ana Maria Pinto Freitas Ferreira	2.460,00 €
Maria Antonieta Nogueira	3.000,00 €
Maria Helena Rodrigues Pinto Bernardo	3.000,00 €
Manuel Nogueira Queirós	2.650,00 €
Filipa Maria Teixeira de Sousa Araújo	2.444,00 €
Leonor de São José Pereira Marques	3.000,00 €
Maria Helena Rocha Magalhães	3.000,00 €
Francisco José Grandim Borges	1.250,00 €
Carlos Joaquim Alves Queirós	3.000,00 €
Maria Alcina Queirós Rodrigues Azevedo	2.610,00 €
Anabela da Rocha Batista Pinto	3.000,00 €
António Alberto dos Santos Sequeira	3.000,00 €
Elvira Fonseca Gonçalves Rocha Andrade	2.500,00 €
Maria Madalena de Jesus	3.000,00 €

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 19 de 19 de setembro de 2017



Nome	Montante do Apoio
Heitor Humberto Morais Seixas	3.000,00 €
Palmira Coutinho Teixeira	3.000,00 €
Maria Cristina Monteiro Nogueira	3.000,00€

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, a atribuição das comparticipações constante da proposta, ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis. -----

----- A Senhora Vereadora do PPD/PSD, Prof.ª Maria Arlete Canário Taveira da Costa Gouveia, ausentou-se aquando da discussão e votação, da atribuição da comparticipação a Sónia Mesquita Pinto de Carvalho Mesquita e a Isabel Maria Conceição Ribeiro. -----

DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

Réccua Douro Ultra Trail (DUT)

– Licenciamento Prova Desportiva

----- 2 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “A Nexplore Ld.ª pretende realizar uma prova desportiva da modalidade de trail running designada Réccua Douro Ultra Trail (DUT) que se realiza entre as 6.00h do 7 de Outubro e as 4.00h do dia 8 de Outubro de 2017, com partida e chegada na cidade do Peso da Régua. -----

----- De acordo com o disposto no artigo.º 5.º em conjugação com os artigos 3.º e 4.º todos do Decreto- Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março, o pedido de autorização para a realização desta prova é apresentado na Câmara Municipal do Concelho onde a prova se realiza ou tem o



seu termo, no caso de abranger mais de um concelho, ou seja, no caso em apreço, na Câmara Municipal de Peso da Régua. -----

----- Uma vez que este Município tem jurisdição nas vias onde se realiza parte da prova, compete à Câmara Municipal nos termos do disposto na alínea e), do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Regulamentar referido, emitir parecer quanto à utilização da via pública, o qual conforme os n.ºs 3 e 4 do artigo 8.º do mesmo diploma, deve ter em conta: -----

----- 1 – O interesse da atividade em causa relativamente ao interesse de garantir a liberdade de circulação e a normalidade do trânsito; -----

----- 2 – O número de participantes (nesta prova estão previstos 600 atletas oriundos de todo o País e do estrangeiro); -----

----- 3 – A importância das vias envolvidas no que respeita a capacidade de escoamento de tráfego; e -----

----- 4 – A segurança e a fluidez da circulação. -----

----- Assim, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março, deve o pedido ser presente à reunião do Executivo Municipal com vista a tomar deliberação a que se refere a alínea e), do n.º 2, do artigo.º 3.º, do mesmo diploma, quanto à utilização das vias sob jurisdição do Município para a realização da prova desportiva referida.” ---

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, dar parecer favorável à utilização das vias onde se realiza a prova desportiva da modalidade de trail running designada Réccua Douro Ultra Trail (DUT), sob jurisdição do Município, nos termos da informação dos serviços.** -----

Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

– Exercício do Direito de Preferência

----- 3 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 19 de 19 de setembro de 2017



----- “Para os devidos efeitos, junto remeto a V. Ex.^a os atos celebrados no mês de **agosto de 2017**, pelos diversos Serviços de Notariado, com vista a permitir o exercício de direito de preferência sobre os prédios, nos termos do artigo 55º do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões, aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003 de 12 de Novembro.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, não exercer o direito de preferência.** -----

Contratos de Aquisição de Serviços – Lei n.º
42/2016, de 28 de dezembro – Comunicação

----- 4 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Nos termos do nº 4 do artigo 49º da Lei do Orçamento do Estado para 2017 (Lei nº 42/2015 de 28 de Dezembro) conjugado com o nº 12 do mesmo artigo, a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços é comunicada ao Órgão Executivo. -----

----- Para cumprimento da referida norma, leva-se ao conhecimento de V. Ex.^a, a fim de ser presente à reunião da Câmara Municipal, a seguinte contratação de aquisição de serviços:-----

Nome	Objeto do serviço	Data do Contrato		Valor do contrato
		Início	Fim	
Beabstract, Ld. ^a	Elaboração do Projeto do Interface de Santa Marta de Penaguião	19.05.2017	19.07.2017	30.000,00€
Linhalterada, Ld. ^a	Elaboração do Projeto de Reconversão do antigo edifício dos Paços do Concelho/Escola de Artes	19.05.2017	19.07.2017	22.500,00€
Linhas Impares, Ld. ^a	Elaboração de Projeto de Reabilitação do Edifício do Estádio Municipal de Santa Marta de Penaguião	25.05.2017	25.07.2017	17.500,00€
Cristina Gouveia & Sónia Coelho Teixeira, Ld. ^a	Higiene e Limpeza de Edifícios Municipais	05.07.2017	05.07.2018	22.800,00€
C. & R. Ribas Pacheco Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Revisor Oficial de Contas para certificação legal de Contas	09.07.2017	09.07.2018	9.960,00€

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 19 de 19 de setembro de 2017

Nome	Objeto do serviço	Data do Contrato		Valor do contrato
		Início	Fim	
Trazmúsica Espetáculos, Ld.ª	Espectáculo musical com a artista Ana Moura-Semana Cultural	05.08.2017	05.08.2017	32.650,00€
Tática Abundante-Ensino Desportivo, Ldª	Monitorização e Coordenação de Atividades Desportivas, Recreativas e de Lazer a desenvolver pelo Município	01.09.2017	01.07.2018	73.292,68€
Manuel António Peixoto Santos, Unipessoal, Ldª	Assessoria Técnica de Fiscalização e acompanhamento de obras Municipais na especialidade de eletricidade	01.09.2017	01.09.2018	8.009,64€

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

Serviços Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 01 a 14 de setembro, de 2017

----- 5 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 01 a 14 de setembro, de 2017, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				Data:	14/09/2017
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo do dia anterior:		179 014,71	Despesas Orçamentais (*)		4 626 800,74
Execução orçamental	109 108,22		Correntes	3 746 013,06	
Operações de tesouraria	69 906,49		Capital	880 787,68	
			(*) Compromissos	7 740 184,03	
Receitas Orçamentais		4 563 235,16	Operações de tesouraria		272 666,22
Correntes	4 007 454,89		Saldo para o dia seguinte:		139 020,12
Capital	555 780,27		Execução orçamental	45 542,64	
Operações de tesouraria		296 237,21	Operações de tesouraria	93 477,48	
Total		5 038 487,08	Total		5 038 487,08

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

**Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da
Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Adelina Soares – União
de Freguesias de Louredo e Fornelos**

----- 6 – Presente à reunião requerimento da Senhora Adelina Soares, na qualidade de procuradora, Lina de Lurdes Rodrigues, cabeça de casal da herança de António Nogueira Silva (NIF 702912050), nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, para efeitos de celebração de uma escritura de partilha. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos -----

----- “I - INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado a Dr.ª Adelina Soares, procuradora da Sr.ª Lina de Lurdes Rodrigues, cabeça de casal da herança de António Nogueira Silva (NIF 702912050), solicitou parecer nos termos do n.º 1 do artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23 de Agosto, e ulteriores alterações, para efeitos de celebração de uma escritura do prédio que passo a descrever: -----

----- prédio rústico, sito em Reboleira e Casal, com a área de 1812,00 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 99-1B, da União das Freguesias de Louredo e Fornelos, e não descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião. -----

----- II - PARECER -----

----- Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no n.º 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 19 de 19 de setembro de 2017



urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana". -----

----- Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----

----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pelo interessado e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, o prédio rústico a que se reporta o pedido em questão, localiza-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
99-1B	PDM	O prédio rústico insere-se em <i>Áreas de Expansão Predominantemente habitacionais de Nível II</i>

----- Especificidades do pedido -----

----- O pedido em questão, visa a constituição de compropriedade no prédio rustico supra na proporção de 3/4 indivisos a favor dos herdeiros de António Nogueira da Silva. -----

----- III - PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura, visando a constituição de compropriedade no artigo 99-1B, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do nº 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23/08, e ulteriores alterações, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à constituição da compropriedade requerida.

----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos da informação dos Serviços Técnicos.** -----



**Projeto de Execução de Reconversão do Antigo Edifício dos
Paços do Concelho/Escola de Artes - Aprovação**

----- 7 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “I – ENQUADRAMENTO -----

----- O Município de Santa Marta de Penaguião sempre se pautou por aproveitar todas as oportunidades relativamente aos Fundos da União Europeia. -----

----- Em 23 de fevereiro, do corrente ano, foi celebrado o contrato entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional Norte 2014-2020 e o Município de Santa Marta de Penaguião para o financiamento do Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU). -----

----- Entre as intervenções incorporadas no Plano de Ação de Regeneração Urbana do Município de Santa Marta de Penaguião encontra-se a “Reconversão do Antigo Edifício dos Paços do Concelho/Escola de Artes. -----

----- Atualmente, está aberto o Aviso – NORTE-16-2016-16 – Reabilitação Urbana, que encerra no dia 31/12/2017. -----

----- O projecto de execução está instruído de acordo com o plasmado no n.º 2 do artigo 7.º da Portaria 701-H/2008 de 29 de junho, pelo que se procedeu à recolha dos pareceres das entidades competentes, mais concretamente, da Direcção Regional da Cultura do Norte (DRC) e da Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), tendo obtido parecer favorável de ambos. -----

Estima-se que o valor de investimento é de 399.360,91 €. -----

----- O projecto “in casu” encontra-se inscrito em Plano Plurianual de Investimentos para o corrente ano, com a classificação económica 02-07.01.03.07 e PPI 9/2016. -----

----- O órgão competente para aprovar o projecto de execução é o que tem competência para a decisão de contratar, como consta da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no caso em concreto a Câmara Municipal. -----

----- II – PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

----- Em coerência com as razões anteriormente enunciadas, tomo a liberdade de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I,



da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o projecto de execução de “Reconversão do Antigo Edifício dos Paços do Concelho/Escola de Artes”. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, o projeto de execução de “Reconversão do Antigo Edifício dos Paços do Concelho/Escola de Artes”, nos termos da informação dos Serviços Técnicos.** -----

**Projeto de Execução de Reabilitação do Edifício do Estádio
Municipal de Santa Marta de Penaguião – Aprovação**

----- 8 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “I – ENQUADRAMENTO-----

----- O Município de Santa Marta de Penaguião sempre se pautou por aproveitar todas as oportunidades relativamente aos Fundos da União Europeia. -----


----- Em 23 de fevereiro, do corrente ano, foi celebrado o contrato entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional Norte 2014-2020 e o Município de Santa Marta de Penaguião para o financiamento do Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU). -----

----- Entre as intervenções incorporadas no Plano de Ação de Regeneração Urbana do Município de Santa Marta de Penaguião encontra-se a “Reabilitação do Edifício do Estádio Municipal de Santa Marta de Penaguião”. -----

----- Atualmente, está aberto o Aviso – NORTE-16-2016-16 – Reabilitação Urbana, que encerra no dia 31/12/2017. -----

----- O projecto de execução está instruído de acordo com o plasmado no n.º 2 do artigo 7.º da Portaria 701-H/2008 de 29 de junho, pelo que se procedeu à recolha dos pareceres das entidades competentes, mais concretamente, da Direcção Regional da Cultura do Norte (DRC) tendo obtido parecer favorável. -----

----- Estima-se que o valor de investimento é de 305.560,33 €.-----



----- O projecto "in casu" encontra-se inscrito em Plano Plurianual de Investimentos para o corrente ano, com a classificação económica 02-07.01.03.02 e PPI 10/2017. -----

----- O órgão competente para aprovar o projecto de execução é o que tem competência para a decisão de contratar, como consta da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no caso em concreto a Câmara Municipal. -----

----- II – PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

----- Em coerência com as razões anteriormente enunciadas, tomo a liberdade de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o projecto de execução de "Reabilitação do Edifício do Estádio Municipal de Santa Marta de Penaguião". -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, o projeto de execução de "Reabilitação do Edifício do Estádio Municipal de Santa Marta de Penaguião", nos termos da informação dos Serviços Técnicos.** -----

Projeto de Execução do Interface de Santa Marta de Penaguião – Aprovação

----- 9 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- "I – ENQUADRAMENTO-----

----- O Município de Santa Marta de Penaguião sempre se pautou por aproveitar todas as oportunidades relativamente aos Fundos da União Europeia. -----

----- Atualmente, encontra-se aberto o AVISO N.º NORTE-06-2016-15 – Mobilidade Urbana Sustentável, que encerra no dia 31/12/2017. -----

----- O projecto de execução está instruído de acordo com o plasmado no n.º 2 do artigo 7.º da Portaria 701-H/2008 de 29 de junho, pelo que se procedeu à recolha dos pareceres das entidades competentes, mais concretamente, da Direcção Regional da Cultura do Norte (DRC), tendo obtido parecer favorável. -----



----- Estima-se que o valor de investimento é de 579.560,33 €.-----

----- O projecto "in casu" encontra-se inscrito em Plano Plurianual de Investimentos para o corrente ano, com a classificação económica 02-07.03.03.13 e PPI 18/2017. -----

----- O órgão competente para aprovar o projecto de execução é o que tem competência para a decisão de contratar, como consta da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no caso em concreto a Câmara Municipal. -----

----- II – PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

----- Em coerência com as razões anteriormente enunciadas, tomo a liberdade de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o projecto de execução do "Interface de Santa Marta de Penaguião". -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, o projeto de execução de "Interface de Santa Marta de Penaguião", nos termos da informação dos Serviços Técnicos.**

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO
AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviço da Cultura

Associação Caça e Pesca de Santa Marta de Penaguião

– Atribuição de Subsídio

----- 10 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- "No decorrer do ano de 2017, a Associação Caça e Pesca de Santa Marta de Penaguião tem promovido várias montarias e iniciativas que visam o convívio entre caçadores do concelho e não só. -----

----- Tem vindo a fazer de Santa Marta de Penaguião um ponto de referência a nível da caça, montaria e da gastronomia que daí advém. -----



----- Desta feita, e dado ser uma associação municipal que “sobrevive” de apoios, a mesma requereu ao executivo municipal um apoio, nomeadamente uma comparticipação financeira, por forma a fazer face a algumas despesas de logística, nomeadamente as resultantes da participação na semana cultural. -----

----- Proponho por isso uma comparticipação financeira no valor de 400€.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 400,00€ (quatrocentos euros), ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis.** -----

Grupo Cultural “Os Medroenses” – Atribuição de Subsídio

----- 11 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “O nome de “Santa Marta” tem vindo a ser projetado e promovido a nível nacional e internacional quer por ações municipais quer por ações e iniciativas culturais por parte das associações culturais e desportivas concelhias. O Grupo Cultural Os Medroenses tem sido um exemplo irrepreensível deste facto. -----

----- Para tal, e porque o grupo sobrevive essencialmente de subsídios, as representações em festivais fora dos limites do concelho e até do País, são muitas vezes limitadas devido aos seus respetivos custos. -----

----- No passado mês de agosto, o referido grupo deslocou-se à Ilha da Madeira para responder a uma permuta feita pelo grupo de folclore do Funchal, levando assim, desta vez, o concelho de Santa Marta de Penaguião, às ilhas, neste caso à ilha da Madeira. -----



----- Como tal, e para ajudar a fazer face a algumas despesas inerentes à viagem, o Grupo Cultural requereu ao executivo municipal um apoio, nomeadamente uma comparticipação financeira.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 4.000,00€ (quatro mil euros), ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis.** -----

Aquisição de Material Promocional

----- 12 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Promover os artistas do concelho é prática corrente. Fazê-lo da melhor maneira possível é sempre um ato de criatividade. -----

----- Considerando que o Município tem que ter sempre material promocional para oferecer. -----

----- Considerando que o que devemos oferecer deve dizer-nos respeito a nós. -----

----- Considerando que os CDs de música são sempre um presente agradável, propomos a aquisição de CDs de um artista do concelho, Rui Fontelas, no valor de 350€.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, proceder à aquisição de CDs de Rui Fontelas, no valor de 350,00€ (trezentos e cinquenta euros), ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis.** -----



**VI Douro Filme Festival – Festival internacional de
Cinema super 8MM do Porto – Pedido de Apoio**

----- 13 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “O Douro Filme Festival consiste num evento de elevada complexidade artística e cultural, reconhecido como sendo o Festival Internacional de Cinema Super 8mm. -----

----- Trata-se de um festival genuinamente criado em torno do Douro, de natureza artística e, sendo o concelho de Santa Marta de Penaguião emblemático em termos durienses, o município não poderia deixar de apoiar o referido evento com um apoio financeiro. -----

----- Como tal, para apoiar e receber em Santa Marta de Penaguião um curso de cinema super 8mm, durante uma semana, bem como rodagens locais e estreia local, proponho um apoio financeiro de 2000 €.” -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 2.000,00€ (dois mil euros), ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis. -----

Serviço de Ação Social

A2000 – Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento

– Aquisição de Viatura Adaptada – Pedido de Subsídio

----- 14 – Presente à reunião ofício da A2000 – Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento, com o seguinte teor: -----

----- “A Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento - A2000 é uma Instituição Particular de



Solidariedade Social, reconhecida como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, com sede em Santa Marta de Penaguião, que tem como objetivo a integração social, comunitária e profissional de pessoas desfavorecidas. -----

----- Para a prossecução da sua missão a A2000 desenvolve várias respostas sociais, fundamentalmente destinadas a pessoas com deficiência e incapacidade. -----

----- Desde Dezembro de 2016 que desenvolve a resposta social CAARPD (Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade), destinado a 25 pessoas com deficiência grave, residentes nos Concelhos de Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua, Mesão Frio e Mondim de Basto. -----

----- O CAARPD utiliza uma sala e o refeitório da Escola EB 2,3 de Santa Marta de Penaguião, permitindo assim a clara melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e incapacidade e suas famílias. -----

----- Não obstante, torna-se imprescindível a aquisição de uma viatura de 9 lugares com adaptação ao transporte de pessoas que utilizam cadeira de rodas, cuja despesa rondará os € 40.000,00. -----

----- Assim, solicitamos a V^a. Ex^a a atribuição de um subsídio para a aquisição da referida viatura que significará a melhoria clara das condições de transporte das pessoas com deficiência e incapacidade. A ajuda da Câmara Municipal será amplamente publicitada nos canais da A2000 e junto dos utilizadores e famílias." -----

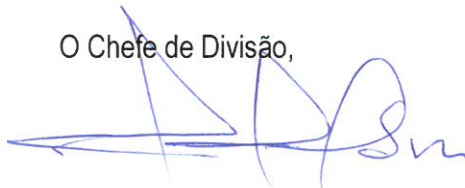
----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 25.000,00€ (vinte e cinco mil euros), ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis.** -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião

----- 15 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 11:30 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)